

Superior Tribunal de Justiça

AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1490193 - BA (2019/0111715-4)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
AGRAVANTE : ONOFRE GONCALVES JUNIOR
ADVOGADO : FELIPE PHILETO DANTAS - BA014056
AGRAVANTE : SOLANGE SENA HORTELIO
ADVOGADOS : ONOFRE GONÇALVES JÚNIOR (EM CAUSA PRÓPRIA)
- BA013200
SOLANGE SENA HORTÉLIO (EM CAUSA PRÓPRIA) E
OUTROS - BA017108
AGRAVADO : SILVIO ROBERTO DE MORAES COELHO
ADVOGADOS : SÍLVIO AVELINO PIRES BRITTO JUNIOR - BA008250
ANDRÉ PEDREIRA PHILIGRET BAPTISTA - BA025539
RODRIGO BARRETO SANTOS SILVA FREIRE E
OUTRO(S) - BA044612

EMENTA

AGRAVO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE EXECUÇÃO DE PRESTAÇÕES ALIMENTÍCIAS. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. 1. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282/STF. 2. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. OMISSÃO E DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. 3. LEGITIMIDADE ATIVA E PASSIVA AFASTADA PELO TRIBUNAL LOCAL. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. 4. AGRADO INTERNO DESPROVIDO.

1. O Tribunal de origem não se manifestou expressamente sobre os arts. 10, 778, § 1º, III, e 933 do CPC/2015, sendo certo que nem sequer foram indicados como violados nas razões dos embargos de declaração, de fls. 723-728 (e-STJ). Incide, no ponto, o óbice da Súmula 282 do STF.

2. No tocante à suposta negativa de prestação jurisdicional, é preciso deixar claro que o acórdão recorrido resolveu satisfatoriamente as questões deduzidas no recurso, sem incorrer nos vícios de obscuridade, contradição ou omissão com relação a ponto controvertido relevante, cujo exame pudesse levar a um diferente resultado na prestação de tutela jurisdicional.

3. A revisão das conclusões do acórdão recorrido, com a finalidade de reconhecer a legitimidade ativa da parte recorrente e passiva do recorrido, necessariamente, implica reexame do conjunto fático-probatório dos autos, providência vedada em âmbito de recurso especial, ante o óbice da Súmula 7 do STJ.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Nancy Andrichi, Paulo de Tarso Sanseverino, Ricardo Villas Bôas Cueva e Moura Ribeiro votaram com o Sr. Ministro Relator.

Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Moura Ribeiro.

Brasília, 30 de março de 2020 (Data do Julgamento)

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator